



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Coordenação Geral dos Cursos lato sensu - FAGEN
Av. João Naves de Ávila, 2121 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
Telefone: 34 3239-4132 - Bloco 1F - Sala 216 - Campus Santa Mônica



PROJETO BÁSICO

Processo nº 23117.030150/2022-50

1.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Faculdade de Gestão e Negócios – FAGEN

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA EM SAÚDE – MODALIDADE A DISTÂNCIA *

FACULDADE DE GESETÃO E NEGÓCIOS - FAGEN

CURSO DE PÓS - GRADUAÇÃO LATO SENSU ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA EM SAÚDE – MODALIDADE A DISTÂNCIA.

O PRESENTE PROJETO TEM POR BASE E OBSERVÂNCIA AS SEGUINTEs NORMATIVAS:

Resolução 07/2016 do CONPEP;

TAC Processo nº. 7181-07.2012.4.01.3803 e TAC Revisão;

Recomendação do Ministério Público Ofício 1487/2017/3ªPJ/UDI de 01/12/2017;

Resolução 01/2018 do CNE/CES; Resolução 08/2017 do Conselho Diretor;

Portaria R nº. 134/2005;

Portaria R nº. 1611/2020 e REGIMENTO GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA dentre outras.

ANO – 2022.

***Adaptado do projeto original PNAP/CAPES/UAB para atender as considerações e necessidades exigidas pela UFU**

IDENTIFICAÇÃO

1.1.NÚMERO DO PROCESSO: 23117.030150/2022-50

1.2.UNIDADE PROPONENTE: Faculdade de Gestão e Negócios – FAGEN

1.3.TÍTULO: Curso de Especialização em Gestão Pública em Saúde – modalidade a distância

1.4.COORDENADOR INDICADO: Prof. Dr. Antonio Sérgio Torres Penedo – FAGEN

PROJETO PEDAGÓGICO**2.JUSTIFICATIVAS**

Desde meados da década de 1990, a gestão pública no Brasil vem passando por transformações importantes, notadamente no que se refere à redefinição do papel do Estado nacional, em geral, e do papel desempenhado pelas três esferas de governo: União, estados-membros e municípios.

A partir da Constituição Federal de 1988, os estados e os municípios ganharam mais importância, assumindo diversas atividades antes desempenhadas pela União. Com a introdução de um Estado mais forte, porém menor, este reduz seu papel nacional-desenvolvimentista, que vigorou por meio século (ABRUCIO; COUTO, 1996; PINHO; SANTANA, 2001). Dentro da concepção neoliberal, a partir de 1990, a União passa a exercer as “verdadeiras” funções de Estado: regulação e indução.

Nesse sentido, os dois níveis governo subnacionais passam a assumir papéis complexos (antes exercido pela União), que exigem competências específicas de regulação e uma **nova gestão** de atividades essenciais, competências essas colocadas em segundo plano durante a fase desenvolvimentista. Segundo Pinho e Santana (2001), o esgotamento da capacidade de lidar com problemas complexos e extensos levou o governo central a transferir esses problemas para estados e municípios, sobretudo para os últimos, que adota o *welfarismo* municipal.

As políticas de saúde pública e de educação, por exemplo, ganham força no município com a organização do Sistema Único de Saúde (SUS) e com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), respectivamente. Em 2007, este foi ampliado para incluir a educação infantil e o ensino médio, sendo transformado em Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

Diante desse cenário, estados e municípios tiveram de redesenhar sua estrutura organizacional para se adequar aos novos papéis que lhes foram impostos (ABRÚCIO; COUTO, 1996; ABRUCIO, 2005). Na realidade, até o presente momento muitos deles ainda não conseguiram sair do *status quo* anterior e, por isso, encontram dificuldades em se relacionar com os demais níveis de governo, com o mercado e com a sociedade civil organizada. Mesmo aqueles que tiveram um avanço maior, ainda necessitam amadurecer um modelo de gestão que contemple essa nova fase de governança pública, como sugerem Kissler e Keidemann (2006).

Um dos pontos que merecem destaque diz respeito à conscientização do seu verdadeiro papel constitucional. Na Constituição Federal (CF), há funções exclusivas de Estado, funções não exclusivas e funções de mercado (privadas) que devem ser pensadas e assumidas tal como.

Com a promulgação da Lei de Responsabilidade de Fiscal (LRF), estados e municípios passaram a se preocupar mais com suas finanças, tanto do lado da receita quanto do lado da despesa. Dados do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) revelam que a receita própria dos municípios está aquém do potencial de arrecadação. De fato, a Tabela 1 mostra que nem todos os municípios cobram Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU (93%) e apenas 83% tem sistema de cobrança informatizado. No que tange ao Imposto sobre

Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, somente 83,7% dos municípios cobram e apenas 67,9% o fazem com sistema informatizado. Na Região Nordeste, a situação é preocupante: menos da metade dos municípios (47,6%) tem sistema de ISSQN informatizado. Ressalte-se que, no Brasil, essa situação é mais frequente nos municípios com população abaixo dos 20.000 habitantes.

Tabela 1: Municípios, total, com cadastro imobiliário, com cobrança de IPTU, Planta Genérica de Valores e cadastro para cobrança do ISS, com indicação da existência de sistema informatizado dos cadastros e da Planta Genérica de Valores, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios – 2006.

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							
	Total	Cadastro imobiliário		Cobrança de IPTU	Planta Genérica de Valores		Cadastro para cobrança do ISS	
		Total	Informatizado		Total	Informatizado	Total	Informatizado
Brasil	5 564	5 203	4 623	5 196	4 018	3 120	4 661	3 780
Até 5.000	1 371	1 276	1 084	1 277	904	653	1 062	797
De 5.001 a 10.000	1 290	1 175	1 016	1 180	844	624	1 024	815
De 10.001 a 20.000	1 292	1 198	1 065	1 189	923	707	1 095	862
De 20.001 a 50.000	1 033	981	899	975	812	666	919	775
De 50.001 a 100.000	311	308	296	308	278	240	300	279
De 100.001 a 500.000	231	229	227	231	221	196	225	216
Mais de 500.000	36	36	36	36	36	34	36	36

Fonte: Perfil dos Municípios Brasileiros 2006, IBGE (2006).

Em relação a taxas, os municípios brasileiros estão longe da eficiência arrecadadora, conforme prevê a LRF. A Tabela 2 revela que taxas de coleta e de limpeza pública são cobradas em menos da metade dos municípios.

Tabela 2: Percentual total de municípios com existência de taxas instituídas em 2006.

Brasil	Total	Com existência de taxas instituídas					
		Taxa de iluminação	Taxa de coleta de lixo	Taxa de incidência	Taxa de limpeza pública	Taxa de poder de polícia	Outros tipos de taxas
		100,0	70,0	49,5	3,7	42,3	55,3

Fonte: Perfil dos Municípios Brasileiros 2006, IBGE (2006).

Esses dados mostram que o Poder Público Municipal não está preparado, do ponto de vista administrativo, para cumprir a legislação relacionada à arrecadação. É razoável afirmar que isso se deve à carência de quadro de servidores preparados para gerenciar a máquina administrativa.

Nesse sentido, tanto no desenho de nova estrutura organizacional quanto na gestão dos processos/atividades, União, estados e municípios necessitam de profissionais capacitados em gestão. Na União, essa tarefa já se acha mais bem desenvolvida, com a (re)estruturação e (re)valorização de diversas carreiras típicas de Estado (planejamento, fiscalização tributária, auditoria etc.). Nos âmbitos: estadual e municipal, muito trabalho ainda precisa ser feito para que esses níveis de governo possam exercer, satisfatoriamente, seus papéis constitucionais.

Para tanto, é preciso que seja dada oportunidade a cidadãos e a estados e prefeituras de todo o Brasil de se capacitarem para o exercício de uma administração pública profissional.

3.OBJETIVOS

3.1.Objetivos da UAB

1. A Diretoria de Educação a Distância da CAPES (UAB) tem como objetivos principais:
2. Fomentar as instituições públicas de ensino superior e polos municipais de apoio presencial, visando à oferta de qualidade de cursos de licenciatura na modalidade a distância;

3. Articular as instituições públicas de ensino superior aos polos municipais de apoio presencial, no âmbito da Universidade Aberta do Brasil - UAB;
4. Subsidiar a formulação de políticas de formação inicial e continuada de professores, potencializando o uso da metodologia da educação a distância, especialmente no âmbito da UAB;
5. Apoiar a formação inicial e continuada de profissionais da educação básica, mediante concessão de bolsas e auxílios para docentes e tutores nas instituições públicas de ensino superior, bem como tutores presenciais e coordenadores nos polos municipais de apoio presencial; e
6. Planejar, coordenar e avaliar, no âmbito das ações de fomento, a oferta de cursos superiores na modalidade a distância pelas instituições públicas e a infraestrutura física e de pessoal dos polos municipais de apoio presencial, em apoio à formação inicial e continuada de professores para a educação básica.

3.2. Objetivos dos Cursos de Especialização do Programa

Os cursos têm por objetivo a qualificação de pessoal de nível superior visando ao exercício de atividades gerenciais. Especificamente, pretende:

- Capacitar quadros de gestores para atuarem na administração de macro (governo) e micro (unidades organizacionais) sistemas públicos;
- Capacitar profissionais com formação adequada a intervirem na realidade social, política e econômica;
- Contribuir para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro, nos âmbitos federal, estadual e municipal;
- Contribuir para que o gestor público desenvolva visão estratégica dos negócios públicos, a partir do estudo sistemático e aprofundado da realidade administrativa do governo ou de suas unidades produtivas.

4. PÚBLICO ALVO

Os cursos destinam-se a portadores de diploma de curso superior que exercem atividades em órgãos públicos ou do terceiro setor ou que tenham aspirações ao exercício de função pública. Os objetivos de aprendizado para o estudante são os seguintes:

- Compreender os conceitos básicos e terminologias nas áreas funcionais chave de organizações do primeiro (Estado) e terceiro setores nas áreas: gestão, estratégia, operações, finanças públicas, recursos humanos e outras;
- Demonstrar habilidade para diagnosticar, analisar e oferecer soluções para situações organizacionais/empresariais complexas;
- Desenvolver habilidades-chave (comunicação oral e escrita, trabalho em equipe, liderança) requeridas para uma carreira gerencial de sucesso;
- Estar apto para fazer a integração das áreas funcionais do negócio para permitir tomadas de decisões acertadas para a organização como um todo.

Os Cursos permitirão o crescimento profissional e acadêmico do estudante por meio de:

- Orientação da habilidade do pensamento crítico para os problemas de governo;
- Desenvolvimento da habilidade de analisar estrategicamente as questões de relacionamento organização-ambiente ao invés de oferecer apenas soluções operacionais;
- Fortalecimento da habilidade de comunicação por meio de discussões presenciais e a distância (chats), estudo de cases, trabalhos escritos e apresentação presencial de seminários;
- Aumento da capacidade de liderança na organização através da participação em trabalhos em equipe;
- Ampliação da compreensão das variáveis ambientais que afetam a performance organizacional;
- Ênfase na natureza global do atual ambiente dos negócios e seu impacto sobre a tomada de decisão;

- Melhoria da habilidade de tomada de decisão em ambientes organizacionais mais complexos, por meio do uso de processos de simulação de situações estratégico-operacionais;
- Integração dos aspectos teóricos e práticos do negócio, através da elaboração de projetos e análise de cases.

O desenvolvimento de uma sociedade mais justa, com melhor distribuição de renda e permanente geração de empregos, é consequência de uma série de fatores econômicos, sociais e políticos, sendo importantes as práticas de organização e administração do trabalho, adotadas na sociedade, no decorrer de seu processo de desenvolvimento, tanto na área pública quanto na área empresarial. Nesse sentido, o papel reservado aos Cursos de Especialização em Gestão Pública é de grande importância, na medida em que os agentes especialistas egressos (gestores e formuladores de políticas públicas) estarão capacitados a intervirem na realidade social, política e econômica.

Em ambientes onde as mudanças ocorrem permanentemente e em grande velocidade, caracterizados ainda pela escassez de recursos e pelo alto nível de competitividade exigido pela sociedade contemporânea, exige-se que o profissional responsável pela condução das organizações públicas tenha desenvolvido sua criatividade, seu espírito crítico e a sua capacidade de produção de novos conhecimentos.

Aliada a esta “personalidade dinâmica e flexível” – traço essencial na garantia de um bom desempenho do profissional da gestão –, é preciso, ainda, que o Gestor Público desenvolva uma “visão estratégica dos negócios públicos”, o que pode ser obtido a partir do estudo sistemático e aprofundado das diversas áreas de ação no campo da Administração e da integração destas áreas em termos de conhecimento conceitual e analítico.

Deste modo, independente dos conhecimentos “comportamentais” e “de contexto”, exige-se do Gestor Público, o domínio das principais técnicas gerenciais no campo organizacional, de seus “recursos” humanos, financeiros e de produção e de gestão pública, evidentemente referenciada em um compromisso ético com a construção de uma sociedade justa.

No campo organizacional e de seus recursos, espera-se que o Gestor seja capaz de promover o equilíbrio entre os objetivos organizacionais, suas disponibilidades e os interesses e necessidades dos servidores e sociedade em geral. Para tal, exige-se que o Gestor seja capaz de pensar novas formas de organização (tanto nos seus aspectos estruturais como nos funcionais), compatíveis com um ambiente em que a participação no processo decisório e a crescente responsabilidade das organizações com o desenvolvimento humano parecem constituir-se em condições essenciais para a obtenção de sucesso.

Na área de estudos governamentais, é imprescindível que o Gestor seja capaz de conhecer os processos de formação e desenvolvimento do Estado em sua inserção no processo mais amplo da formação social, bem como a lógica e os procedimentos das ações administrativas governamentais, seja na área financeira e orçamentária, seja no processo de formulação e avaliação de políticas públicas em geral, não apenas de modo a cuidar da “coisa pública” de modo eficiente, mas, também, responsável, permitindo, assim, a manutenção de relações harmônicas entre o setor público, de um lado, e o privado e a sociedade civil organizada, de outro, no âmbito das responsabilidades sociais do Estado.

5.METODOLOGIA

Com a justificativa de um Estado mais enxuto e eficiente, o Governo Collor patrocinou o desmonte do Estado brasileiro para transformá-lo em “Estado mínimo”, inspirado no *new public management*. A partir de então, houve uma redução do quadro de funcionários via aposentadorias precoces. Com a reforma administrativa no início do governo FHC, em 1995, desenha-se um Estado regulador e indutor ao invés do Estado desenvolvimentista verificado no Brasil até o final dos anos 1980.

O Governo Lula, que teve início em 2003 e se estenderá até 2010, está recompondo o quadro de servidores e, sem negar as mudanças havidas nos dois governos que o antecederam, implantou: a) reformas do modelo de gestão pública, b) ações voltadas para a inovação gerencial; e c) um Estado promotor da inclusão social com programas compensatórios de nível nacional (BRANDIÃO *et al.*, 2007).

A mudança do papel repercutiu no aparelho do Estado nos âmbitos federal, estadual e municipal, trazendo demandas gerenciais mais complexas. Isso significa uma administração mais profissionalizada, exigindo

gestores com sólida formação teórico-conceitual nas áreas sociais, políticas, econômicas e administrativas.

Na esfera da União, vislumbra-se a necessidade de um gestor mais generalista e com conhecimento em logística para atender, principalmente, às áreas de educação e saúde, que respondem por 34% e 21%, respectivamente, do total de servidores da União, segundo dados da ENAP. Nessas áreas há programas importantes e de grande magnitude – como a distribuição de material escolar, pelo MEC, e de preservativos, retrovirais e medicamentos, pelo Ministério da Saúde – que necessitam de competência específica em logística para atingir todos os estados e municípios brasileiros.

No nível estadual, além de uma forte formação conceitual, indica-se um gestor que possa trabalhar a estrutura organizacional do estado-membro e conceber formatos de redes de cooperação intermunicipais. No caso da estrutura administrativa, é sabido que os governos estaduais ainda não introduziram as mudanças necessárias para exercer o novo papel do Estado no Brasil, como revela Abrúcio (2005). A formação de redes é uma possibilidade – com várias experiências positivas – de induzir o desenvolvimento regional a partir do esforço conjunto. Dos 5.564 municípios brasileiros – com 4,5 milhões de servidores – a maioria não possui economias de escala para alavancar o desenvolvimento de áreas prioritárias, como saneamento, habitação, manutenção de vias públicas urbanas e rurais.

No âmbito do município, a formação do gestor precisa ser mais específica. Em um profundo estudo sobre os municípios brasileiros, o Banco Mundial, em parceria com o IPEA, indica cinco grandes prioridades: a) aumentar a competitividade da cidade; b) desenhar um sistema subnacional de crédito sustentável baseado no mercado; c) melhorar a provisão de serviços usando a participação do setor privado; d) melhorar as eficiências nos mercados urbano e fundiário; e) insistir numa melhor colaboração entre governos locais (BANCO MUNDIAL, 2006).

O plano diretor ou estatuto da cidade, na forma como é concebido no Brasil, revela-se como um grande plano estratégico; nesse caso, é preciso que o mesmo tenha um tratamento do tamanho de sua importância, tanto na elaboração quanto na sua implantação. Por um lado, a gestão da receita municipal exige conhecimento mais aprofundado de tributação; por outro, licitações e contratações, aliadas à administração de projetos compõem o lado dos gastos. Vale lembrar que a introdução da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) alterou a forma de gestão pública no Brasil, conforme sugere Banco Mundial (2006).

As diretrizes dos Cursos de Especialização do Programa devem oportunizar uma formação que privilegie tanto a dimensão profissional quanto a dimensão política, buscando-se:

- a) Formação ético-humanística que a formação do cidadão requer; e
- b) Formação técnico-científica condizente com as exigências que o mundo do trabalho contemporâneo impõe.

A estrutura curricular dos Cursos de Especialização do Programa Nacional de Formação em Administração Pública é concebida, inspirado em Costa (1996), num jogo de correlação de forças que determina critérios de validade e legitimidade pelos quais são produzidas representações, sentidos e instituídas realidades; é um lugar de circulação das narrativas, mas, sobretudo, é um lugar privilegiado dos processos de subjetivação, da socialização dirigida, controlada.

Constituído de um conjunto articulado e normatizado de saberes, o currículo se constrói refletindo as relações estabelecidas num jogo de poder em que se confrontam visões de mundo e onde se produzem, elegem e transmitem representações, narrativas e significados sobre as coisas e seres do mundo (COSTA, 1996).

Como uma prática social que se desenvolve a partir das relações entre os sujeitos da relação pedagógica, num contexto sócio-econômico-cultural específico, o currículo deste Programa é construído na perspectiva de uma formação científica de qualidade e uma formação humanista que contribua para a construção de uma sociedade mais justa, mais democrática, mais solidária e mais tolerante. Portanto, abrange também conteúdos técnicos para permitir a compreensão e a solução de problemas organizacionais complexos.

5.1. Abordagens teórico-práticas

Para tanto, esta proposta para os Cursos de Especialização, na modalidade a distância, traz como base para sua sustentação as seguintes diretrizes:

- Nortear a concepção, criação e produção dos conhecimentos a serem trabalhados no curso, de forma a contemplar e integrar os tipos de saberes hoje reconhecidos como essenciais às sociedades do Século

XXI: os fundamentos teóricos e princípios básicos dos campos de conhecimento; as técnicas, práticas e fazeres deles decorrentes; o desenvolvimento das aptidões sociais ligadas ao convívio ético e responsável;

- Promover permanente instrumentalização dos recursos humanos envolvidos no domínio dos códigos de informação e comunicação, bem como suas respectivas tecnologias, além de estimular o desenvolvimento do pensamento autônomo, curiosidade e criatividade;
- Selecionar temas e conteúdos que reflitam, prioritariamente, os contextos das realidades vividas pelos públicos-alvos, nos diferentes espaços de trabalho e também nas esferas local e regional;
- Adotar um enfoque pluralista no tratamento dos temas e conteúdos, recusando posicionamentos unilaterais, normativos ou doutrinários; e
- Nortear as atividades avaliativas da aprendizagem, segundo uma concepção que resgate e revalorizar a avaliação enquanto informação e tomada de consciência de problemas e dificuldades, com o fim de resolvê-los, para estimular e orientar a auto-avaliação.

Há três categorias de princípios que nortearão a estrutura curricular do Programa: epistemológicos, metodológicos e dinamizadores:

5.2.Princípios Epistemológicos

Esses princípios, que devem sustentar a formação e o perfil do profissional de administração, são expressos através de duas dimensões:

- Dimensão epistemológica: que diz respeito à escolha e aos recortes teórico-metodológicos das áreas e disciplinas ligadas às ciências que integram o currículo do curso; e
- Dimensão profissionalizante: que, implicando a primeira, diz respeito aos suportes teórico-práticos que possibilitam uma compreensão do fazer do administrador em todas suas relações sócio-político, cultural e nas perspectivas da moral e da ética.

Tendo em vista essas duas dimensões, a estrutura curricular do Programa de Administração Pública sustenta-se em dois módulos de estudos, a saber: Módulo Básico, que se refere aos fundamentos da administração e da administração pública, e Módulos Específicos, contemplando quatro áreas de concentração, abrangendo a esfera pública geral ou municipal, a gestão de organização de saúde pública.

5.3.Princípios Metodológicos

Tendo presente que a Estrutura Curricular deve incorporar a compreensão de que o próprio currículo e o próprio conhecimento devem ser vistos como construções e produtos de relações sociais particulares e históricas e, ainda, que deve ser orientado numa perspectiva crítica onde ação-reflexão-ação se coloquem como atitude que possibilite ultrapassar o conhecimento de senso comum, três conceitos são escolhidos para servir não só de elo entre as diferentes áreas e os diferentes núcleos de conhecimento, mas também de fio condutor para base metodológica do curso, a saber:

- Historicidade: é vista como característica das ciências. Através desse conceito, espera-se que o estudante perceba que o conhecimento se desenvolve, é construído, num determinado contexto histórico/social/cultural/ e, por isso mesmo, está sujeito às suas determinações. O desenvolvimento do conhecimento, por ser processual, não possui a limitação de início e fim, consubstanciando-se num continuum em que avanços e retrocessos se determinam e são determinados pelas condições histórico-culturais em que as ciências são construídas;
- Construção: é outro conceito que perpassa todas as áreas e núcleos de conhecimento do curso, para que o estudante reforce sua compreensão de que, se os conhecimentos são históricos e determinados, eles são resultados de um processo de construção que se estabelece no e do conjunto de relações homem/homem, homem/natureza e homem/cultura. Essas relações, por serem construídas num contexto histórico e culturalmente determinadas, jamais serão lineares e homogêneas e que ele,

estudante deve se imbuir do firme propósito de transformar-se num profissional que não só aplica conhecimentos, mas também que produz conhecimentos; e

- Diversidade: é importante que o estudante compreenda como as diferentes abordagens determinam posicionamentos políticos na ação administrativa.

5.4.Princípios Dinamizadores

Os princípios dinamizadores do currículo do curso são decorrentes não só das abordagens epistemológica e metodológica do curso, mas também do fato de que os estudantes terão uma abordagem teórico-prática dos conteúdos trabalhados.

A adoção desse princípio implica uma dinâmica curricular que torne o vivido pensado e o pensado vivido, com a incorporação, no processo de formação acadêmica, da experiência profissional ou das práticas vividas pelos estudantes, a dialeticidade entre o desenvolvimento teórico das disciplinas e sua construção pela prática. Sendo assim, a reflexão teórica e a prática estarão presentes de forma dialetizada na experiência da formação profissional.

Essa direção metodológica implica inter-relações epistemológicas, em que a construção integradora do conhecimento põe-se como princípio também fundamental no desenvolvimento do curso, buscando-se o reconhecimento da autonomia relativa de cada área de conhecimento e a necessária dialogicidade na busca do conhecimento da realidade educacional.

Como o Programa será desenvolvido na modalidade a distância, outros princípios se colocam como fundamentais na construção curricular: interação, autonomia, trabalho cooperativo, inter e transdisciplinaridade, investigação, relação teoria e prática, flexibilidade e dialogicidade.

O Curso de Especialização de Gestão em Saúde será ofertado na modalidade a distância.

A Educação a Distância (EaD) não deve ser reduzida a questões metodológicas ou de gerenciamento, ou como possibilidade apenas de emprego de Novas Tecnologias da Comunicação (NTCs) na prática docente e no processo formativo dos estudantes.

Não existe uma metodologia de Educação a Distância (EaD) e menos ainda um “modelo” único de oferta de cursos a distância. Cada instituição, ao longo desses anos, vem construindo sua experiência em EaD e adaptando-a para essa modalidade, dando-lhe uma “cara” própria, calcada na realidade local e na trajetória da instituição e dos profissionais que atuam na EaD.

Por isso, nesse projeto **não cabe** definir aspectos procedimentais e de organização do curso, isso será definido no projeto pedagógico de cada instituição. O que podemos acenar aqui são aspectos gerais sobre a modalidade de EaD, em sua dimensão conceitual e de gestão, para garantir qualidade na formação dos estudantes desse curso de especialização.

5.5.A organização do sistema de EaD

Estamos vivendo um período histórico de “crise”, de “transição”, cujos modelos e paradigmas tradicionais de compreensão e explicação da realidade estão sendo revistos enquanto outros estão emergindo. As teorias clássicas no campo da educação não dão mais conta da complexidade do fenômeno e da prática educativa.

O paradigma positivista precisa ser totalmente substituído por outro ou outros. Os atuais paradigmas educacionais falam da necessidade da participação, da construção do conhecimento, da autonomia de aprendizagem, de currículo aberto, de redes de conhecimentos, da interconectividade dos problemas e das relações.

A EaD, neste sentido, oferece possibilidades de uma nova prática educativa e social, por suas características e sua forma de organizar a aprendizagem e os processos formativos.

Exige, pois, uma **organização de apoio institucional** e uma **mediação pedagógica** que garantem as condições necessárias à efetivação do ato educativo. Trata-se de uma ação mais complexa e coletiva em que todos os sujeitos do processo ensino e aprendizagem estão envolvidos direta ou indiretamente: de quem concebe e elabora o material didático a quem cuida para que esse material chegue às mãos do estudante, do

coordenador de curso ao orientador (tutor), do autor ao tecnólogo educacional (*designer* instrucional), do editor ao artista gráfico (*web designer*).

A EaD deve ser pensada, então, e implementada pela “instituição ensinante” numa perspectiva sistêmica (Figura 3). A metáfora da rede traduz bem essa nova visão da organização do trabalho pedagógico. Alguns atores são importantes neste processo. A seguir, exemplificamos alguns deles:

- **O estudante:** aluno matriculado no curso e que irá estudar “a distância”;
- **Professores autores:** responsáveis pela produção dos Textos de Apoio;
- **Professores “especialistas”:** responsáveis pela oferta de determinada disciplina no curso;
- **Professores pesquisadores;**
- **Tutores/Orientadores:** é importante definir o perfil dos tutores, bem como sua função no curso. A equipe de elaboração do projeto sugere bacharéis em Administração e nas áreas dos Módulos Específicos, preferencialmente com titulação mínima de Mestrado, com a função de acompanhar, apoiar e avaliar os cursistas em sua caminhada. Podem ser os próprios professores do curso, ou o professor “especialista”, responsável pela oferta da disciplina formar uma equipe de orientadores, sob sua supervisão;
- **Equipe de apoio tecnológico e de logística:** com a função de viabilizar as ações planejadas pela equipe pedagógica e de produção de material didático;

Assim organizada, a “instituição ensinante” poderá oferecer um saber atualizado (filtrando o mais válido das recentes produções científicas), dando prioridade aos conhecimentos instrumentais (“aprender a aprender”), visando à educação permanente do cidadão e estando comprometida com o meio circundante.

Para tal, nessa organização devem estar presente constantemente:

- **A estrutura organizativa:** composta pelos subsistemas de concepção, produção e distribuição dos materiais didáticos, de gestão, de comunicação, de condução do processo de aprendizagem e de avaliação, e os Polos de Apoio Presencial;
- **A comunicação:** que deverá ser multidirecional, com diferentes modalidades e vias de acesso. A comunicação multimídia, com diversos meio e linguagens, exige, como qualquer aprendizagem, uma implicação consciente do aprendiz, uma intencionalidade, uma atitude adequada, as destrezas e conhecimentos prévios necessários. Os materiais utilizados também devem estar adequados aos interesses, necessidades e nível dos alunos; e
- **O trabalho cooperativo:** somos frutos de uma formação que privilegiou o individualismo e a competição. Na modalidade a distância, o que há, na maioria das vezes, são trabalhos de parcerias entre diferentes profissionais (autores, *designer* instrucional, *web designer*, tecnólogos educacionais, orientadores), com pouca interação e diálogo. A ação pedagógica e a construção de conhecimento, numa perspectiva heurística e construtiva, deve se sustentar sobre o alicerce do trabalho colaborativo ou cooperativo, na construção de uma rede ou de uma “comunidade de aprendizagem”.

6.CARGA-HORÁRIA

O Curso terá a duração de 510 horas, nestas não computado o tempo de estudo individual ou em grupo, sem assistência docente, e o reservado, obrigatoriamente, para a elaboração de monografia ou trabalho de conclusão de curso.

7.ESTRUTURA CURRICULAR

DISCIPLINA	SEMESTRE	CH
Introdução à modalidade EAD	2º sem. 2022	30
Estado, Governo e Mercado	1º sem. 2023	30
O Estado e os Problemas Contemporâneos	1º sem. 2023	30
Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro	1º sem. 2023	30
O Público e o Privado na Gestão Pública	1º sem. 2023	30
Planejamento Estratégico Governamental	1º sem. 2023	30
Políticas Públicas	1º sem. 2023	30
Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública	1º sem. 2023	30
Políticas de Saúde: fundamentos e diretrizes do SUS	1º sem. 2023	30

Gestão da Vigilância à Saúde	1º sem. 2023	30
Organização e Funcionamento do SUS	2º sem. 2023	60
Gestão dos Sistemas e Serviços de Saúde	2º sem. 2023	60
Gestão Logística em Saúde	2º sem. 2023	30
Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração	2º sem. 2023	30
Monografia	1º sem. 2024	30
Carga Horária Total		510

Conforme Instrução Normativa no - 2, de 19 de abril de 2017 que estabelece procedimentos de pagamento e parâmetros atinentes à concessão das bolsas UAB regulamentadas pela Portaria CAPES nº 183, de 21 de outubro de 2016, e pela Portaria CAPES nº 15, de 23 de janeiro de 2017, conforme Ofício nº187/2016-CCB/CGFO/DED/CAPES de 22 de novembro de 2016, conforme Portaria nº 183, de 21 de outubro de 2016 que Regulamenta as diretrizes para concessão e pagamento de bolsas aos participantes da preparação e execução dos cursos e programas de formação superior, inicial e continuada no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), os professores e tutores do cursos UAB/CAPES serão selecionados através de processo seletivo. Como se trata de um convênio entre a UFU e a CAPES, a prestação de contas é realizada via Formulário de Prestação de Contas inserido no sistema SIMEC, que contém toda a documentação e aprovação interna e externa do Termo de Execução Descentralizada.

8.CALENDÁRIO

DISCIPLINA	SEMESTRE	CH
Introdução à modalidade EAD	2º sem. 2022	30
Estado, Governo e Mercado	1º sem. 2023	30
O Estado e os Problemas Contemporâneos	1º sem. 2023	30
Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro	1º sem. 2023	30
O Público e o Privado na Gestão Pública	1º sem. 2023	30
Planejamento Estratégico Governamental	1º sem. 2023	30
Políticas Públicas	1º sem. 2023	30
Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública	1º sem. 2023	30
Políticas de Saúde: fundamentos e diretrizes do SUS	1º sem. 2023	30
Gestão da Vigilância à Saúde	1º sem. 2023	30
Organização e Funcionamento do SUS	2º sem. 2023	60
Gestão dos Sistemas e Serviços de Saúde	2º sem. 2023	60
Gestão Logística em Saúde	2º sem. 2023	30
Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração	2º sem. 2023	30
Monografia	1º sem. 2024	30
Carga Horária Total		510

Conforme Instrução Normativa no - 2, de 19 de abril de 2017 que estabelece procedimentos de pagamento e parâmetros atinentes à concessão das bolsas UAB regulamentadas pela Portaria CAPES nº 183, de 21 de outubro de 2016, e pela Portaria CAPES nº 15, de 23 de janeiro de 2017, conforme Ofício nº187/2016-CCB/CGFO/DED/CAPES de 22 de novembro de 2016, conforme Portaria nº 183, de 21 de outubro de 2016 que Regulamenta as diretrizes para concessão e pagamento de bolsas aos participantes da preparação e execução dos cursos e programas de formação superior, inicial e continuada no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), os professores e tutores do cursos UAB/CAPES serão selecionados através de processo seletivo. Como se trata de um convênio entre a UFU e a CAPES, a prestação de contas é realizada via Formulário de Prestação de Contas inserido no sistema SIMEC, que contém toda a documentação e aprovação interna e externa do Termo de Execução Descentralizada.

9.CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E APROVEITAMENTO

Prova escrita e trabalhos a critério de cada professor nos termos do art. 20 da Resolução 07/2016. Art. 20. A avaliação da aprendizagem será de exclusiva responsabilidade do professor responsável pela disciplina ou atividade, sendo realizada por meio de provas, trabalhos acadêmicos, projetos ou atividades de natureza correlata, sempre de caráter documental e concernente aos conteúdos tratados.

Aproveitamento: o aproveitamento nas atividades avaliativas do curso, incluindo disciplinas e monografias ou trabalho de conclusão do curso, será aferido por meio de conceito, conforme escala abaixo:

- I – “A” – Excelente (de 90 a 100% de aproveitamento);
- II – “B” – Bom (de 75 a 89% de aproveitamento);
- III – “C” – Regular (de 60 a 74% de aproveitamento);
- IV – “D” – Insuficiente (de 40 a 59% de aproveitamento); e
- V – “E” – Reprovado (de 0 a 39% de aproveitamento).

Será aprovado em cada atividade avaliativa o aluno que obtiver conceito igual ou superior a "C". O aluno que obtiver o conceito "D" em qualquer atividade avaliativa poderá ser re-submetido, uma única vez, a nova avaliação dentro do tempo de realização do curso, mediante requerimento do aluno. Já o aluno que obtiver conceito "E" não terá direito a nova avaliação na atividade avaliativa correspondente.

A avaliação da aprendizagem será de exclusiva responsabilidade do professor responsável pela disciplina ou atividade, sendo realizada por meio de provas, trabalhos acadêmicos, projetos ou atividades de natureza correlata, sempre de caráter documental e concernente aos conteúdos tratados. Art.20 da Resolução 07/2016.

A Frequência mínima exigida em cada disciplina, para efeito de aprovação, será de 75% da carga horária correspondente. Parágrafo 1º do art. 19 da Resolução 07/2016.

Trabalho Final: Os alunos que concluírem todos os créditos, deverão apresentar um trabalho monográfico ou trabalho de conclusão de curso versando sobre um dos temas vistos durante o curso, com um mínimo de 15 (quinze) e um máximo de 30 (trinta) páginas. Os trabalhos monográficos e/ou TCC deverão receber orientações de Professores preferencialmente vinculados ao quadro de docentes da UFU com titulação de Doutor ou equivalente (conforme art.25 da Resolução 07/2016), conforme Anexo, devendo receber, para ser aprovado, conceito A (aprovado-muito bom), B (aprovado-bom) ou C (aprovado).

Para a obtenção do Certificado de especialização é obrigatória a aprovação em monografia ou TCC a critério do projeto curricular do curso, aprovado pelas instâncias da UFU.

A avaliação da **monografia ou do trabalho de conclusão de curso** se fará por **banca examinadora**, devidamente registrada em ata, ou, por conveniência do projeto curricular, por defesa pública para tal fim.

Art.30 da Resolução 07/2016. Parágrafo único. A banca examinadora será composta pelo orientador e mais dois membros e um suplente, sendo, pelo menos, um membro titular da banca, portador do título de doutor ou equivalente.

Certificado: Aos alunos que concluírem o curso, nos termos do regulamento respectivo, e, depois de atendidas todas as exigências acadêmicas, será outorgado o Certificado de Pós-graduação *Lato Sensu* em

O Certificado será registrado pela Universidade, o qual será assinado pelo Diretor da Unidade proponente e pelo Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-graduação. Nos termos da Resolução 01 de 06 de abril de 2018 do CNE/CES e Resolução 07/2016 CONPEP UFU.

*Em casos justificados, ao aluno que tenha sido desligado do curso poderá, mediante requerimento específico, ser emitido certificado de aperfeiçoamento na área, obedecendo à legislação vigente e às especificidades definidas pelo curso ao qual esteja vinculado, desde que tenha cumprido pelo menos 75% da carga horária total do curso nos termos do art. 33 Resolução 07/2016 CONPEP.

10.CONDIÇÕES GERAIS

10.1.DE REQUISITO MÍNIMO

Requisito Mínimo: Ser portador de Diploma de Curso Superior conforme inciso III do Art. 3º da Resolução 07/2016.

As vagas disponíveis para os Cursos de Especialização são destinadas a alunos egressos de Cursos de Graduação de longa duração (graduação plena). Não serão admitidas inscrições de egressos de Cursos de formação de tecnólogos que não sejam equiparados a cursos de graduação, assim como de cursos de curta duração, sequencial ou assemelhados. Parágrafo 1º do Art. 16 da Resolução 07/2016.

10.2.DE INSCRIÇÃO

Os candidatos ao Curso deverão requerer sua inscrição, no site da FAU (www.fau.org.br), conforme edital de seleção a ser divulgado e publicado, preenchendo o formulário de inscrição e realizando o pagamento da taxa de inscrição no valor de R\$ 150,00 (sessenta reais).

10.3.DE SELEÇÃO

Os candidatos serão selecionados conforme edital específico a ser publicado após a aprovação do curso. O ingresso nos cursos de pós-graduação lato sensu da Universidade será realizado, obrigatoriamente, mediante aprovação em processo seletivo classificatório e eliminatório de acordo com as normas estabelecidas pela legislação vigente. Art. 14 e ss da Resolução 07/2016.

Art. 15. A seleção de alunos à admissão aos cursos será regulamentada por edital, publicado na internet e nos murais da Instituição e em jornal local, depois de publicada a Portaria de autorização de funcionamento do curso pela PROPP, com antecedência mínima de quinze dias do início das inscrições.

Parágrafo único. O Edital e seu extrato publicado em jornal local deverão ser elaborados de acordo com as orientações e normas vigentes definidas pela UFU.

*Publicação do extrato no DOU pela PROPP.

O Ofício nº 1803/2017-OF/PRM/LAM do Ministério Público Federal com recomendação de acatamento para adequar os portais da internet ao disposto no art. 47, parágrafo 1º da Lei 9.394/1996, a fim de publicar informações sobre todos os cursos oferecidos, sua duração e requisitos etc. no sítio eletrônico da Unidade Acadêmica/IES. Nesse sentido, a UA deve publicar em sua página os dados/informações sobre os cursos de especialização oferecidos.

10.4.DE MATRICULA

Os candidatos selecionados serão matriculados no Curso, mediante a assinatura de contrato e entrega, na Fundação de Apoio Universitário - FAU, dos documentos pessoais constantes no Edital de seleção incluído o Diploma de graduação.

10.5.NÚMERO DE VEZES QUE O CURSO FOI OFERECIDO

Será oferecido pela 4ª vez. Todo o processo de realização e finalização da última vez que foi oferecido, pode ser observado através do Processo SEI: 23117.000334/2018-17.

10.6.NÚMERO DE VAGAS

Serão ofertadas 150 vagas nos polos de Araxá, Ituiutaba, Patos de Minas, Uberaba e Uberlândia.

O curso não terá cobrança de mensalidade, portanto já consta o número de vagas para bolsistas nos termos do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC do Processo nº. 7181-07.2012.4.01.3803.

10.7.ÓRGÃO ACADÊMICO PROPONENTE E EXECUTOR

Proponente: Faculdade de Gestão e Negócios – FAGEN

Executor: Faculdade de Gestão e Negócios – FAGEN

10.8.ÓRGÃOS ENVOLVIDOS

Universidade Federal de Uberlândia – UFU.

Fundação de Apoio Universitário – FAU.

Faculdade de Gestão e Negócios – FAGEN/UFU

Centro de Educação à Distância – CEAD/UFU

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES

Polos da CAPES/UAB: Araxá, Ituiutaba, Patos de Minas, Uberaba e Uberlândia

10.9.COORDENADOR

Nome: Prof. Dr. Antonio Sérgio Torres Penedo

Unidade Acadêmica: Faculdade de Gestão e Negócios – FAGEN/UFU

Titulação: Doutorado

10.10.CORPO DOCENTE (VINCULAÇÃO)

O curso de especialização não terá pagamento de mensalidade pelo alunos. É oferecido no formato de convênio entre UFU e CAPES/UAB. Conforme Instrução Normativa no - 2, de 19 de abril de 2017 que estabelece procedimentos de pagamento e parâmetros atinentes à concessão das bolsas UAB regulamentadas pela Portaria CAPES nº 183, de 21 de outubro de 2016, e pela Portaria CAPES nº 15, de 23 de janeiro de 2017, conforme Ofício nº187/2016-CCB/CGFO/DED/CAPES de 22 de novembro de 2016, conforme Portaria nº 183, de 21 de outubro de 2016 que Regulamenta as diretrizes para concessão e pagamento de bolsas aos participantes da preparação e execução dos cursos e programas de formação superior, inicial e continuada no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), os professores e tutores do cursos UAB/CAPES serão selecionados através de processo seletivo. Como se trata de um convênio entre a UFU e a CAPES, a prestação de contas é realizada via Formulário de Prestação de Contas inserido no sistema SIMEC, que contém toda a documentação e aprovação interna e externa do Termo de Execução Descentralizada. Os professores, tutores e coordenador do curso não recebe remuneração financeira, mas bolsa de estudos. Dessa forma o curso não apresenta receitas e despesas conforme um curso de especialização convencional ofertado pela UFU a toda comunidade. Após a realização do processo de seleção de professores/docentes e tutores serão inseridos no referido processo SEI do curso os documentos de cessão de docentes e os resumos do currículo lattes. E o processo de seleção somente pode ser realizado após a aprovação nas instâncias UFU.

10.11.PERÍODO PREVISTO DE REALIZAÇÃO

Início : 01/11/2022

Término: 30/06/2024

10.12.LOCAL DE REALIZAÇÃO

O curso é na modalidade EAD, portanto as atividades ocorreram no formato virtual através da plataforma moodle, mconfig, webex, microsoft teams entre outras oferecidas de forma gratuita aos discentes do curso. As atividades presenciais poderão ocorrer nos respectivos polos EAD e, caso tenha necessidade, o campus Santa Mônica da UFU.

10.13.HORÁRIO

O curso será ofertado no formato EAD, portanto não existe a limitação de horário para a realização do curso

10.14.VIABILIDADE DA PROPOSTA

O curso de especialização não terá pagamento de mensalidade pelo alunos. É oferecido no formato de convênio entre UFU e CAPES/UAB. Conforme Instrução Normativa no - 2, de 19 de abril de 2017 que

estabelece procedimentos de pagamento e parâmetros atinentes à concessão das bolsas UAB regulamentadas pela Portaria CAPES nº 183, de 21 de outubro de 2016, e pela Portaria CAPES nº 15, de 23 de janeiro de 2017, conforme Ofício nº187/2016-CCB/CGFO/DED/CAPES de 22 de novembro de 2016, conforme Portaria nº 183, de 21 de outubro de 2016 que Regulamenta as diretrizes para concessão e pagamento de bolsas aos participantes da preparação e execução dos cursos e programas de formação superior, inicial e continuada no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), os professores e tutores do cursos UAB/CAPES serão selecionados através de processo seletivo. Como se trata de um convênio entre a UFU e a CAPES, a prestação de contas é realizada via Formulário de Prestação de Contas inserido no sistema SIMEC, que contém toda a documentação e aprovação interna e externa do Termo de Execução Descentralizada. Os professores, tutores e coordenador do curso não recebe remuneração financeira, mas bolsa de estudos. Dessa forma o curso não apresenta receitas e despesas conforme um curso de especialização convencional ofertado pela UFU a toda comunidade. Após a realização do processo de seleção de professores/docentes e tutores serão inseridos no referido processo SEI do curso os documentos de cessão de docentes e os resumos do currículo lattes. E o processo de seleção somente pode ser realizado após a aprovação nas instâncias UFU.

10.15.APROVACAO DO PROJETO

O Projeto Nº / / sob o título Curso de Especialização em Gestão Pública em Saúde – modalidade a distância foi aprovado pelo Conselho da Faculdade de Gestão e Negócios em reunião ordinária, conforme deliberação constante da respectiva ata que foi assinada por todos os presentes à reunião e da qual é anexada uma cópia fiel a este projeto, autenticada pelo Diretor da Faculdade.

A presente deliberação é dada com os seguintes efeitos e condições:

1. A execução do objeto prevista no projeto é considerada atividade fim da Universidade na área de extensão e integrante das finalidades, objetivos e princípios fixados em seu Estatuto;
2. participação dos servidores docentes e administrativos relacionados no Projeto se fará em nome e a serviço da Universidade Federal de Uberlândia; ditos servidores exercerão suas atividades, mesmo havendo percepção de bolsas, sem nenhum caráter de autonomia nem com vínculo empregatício perante a Fundação, mas sob o vínculo de sua condição de servidores públicos, sujeitos ao regime disciplinar e à avaliação de suas condutas e desempenho nos termos da Lei Nº 8.112/90 (Regime Único dos Servidores Públicos da União).

10.16.ASSINATURAS (SEI)

Profª. Drª. Cíntia Rodrigues de Oliveira
Diretora da Faculdade de Gestão e Negócios - FAGEN
Portaria R Nº 348/2021

Prof. Dr. Antonio Sérgio Torres Penedo
Coordenador do Curso de Especialização em Gestão Pública em Saúde – modalidade a distância

11.ANEXOS

11.1.ANEXO I - Módulo Básico - Ementas

O módulo básico será o núcleo comum para todas as habilitações do PNAP. É composto por 10 disciplinas, perfazendo um total de 300 horas:

Ord.	Disciplina	C.H.
1	Introdução à Modalidade de EaD	30
2	Estado, Governo e Mercado	30
3	O Público e o Privado na Gestão Pública	30
4	Desenvolvimento e Mudanças no Estado brasileiro	30
5	Políticas Públicas	30
6	Planejamento Estratégico Governamental	30
7	O Estado e os Problemas Contemporâneos	30
8	Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública	30
9	Metodologia Científica	30
10	Monografia	30
	TOTAL DE HORAS/AULA	300

11.1.1.Introdução à modalidade de EAD

Objetivos

Apresentar as características e peculiaridades da Educação a Distância vis-a-vis ao modelo presencial, bem como os princípios e fundamentos educacionais desta modalidade, com vistas a proporcionar uma ampla reflexão deste paradigma educacional por parte dos alunos.

Tópicos principais

- Fundamentos da EAD;
- Organização de sistemas de EAD: processo de comunicação, tutoria e avaliação;
- Relação dos sujeitos da prática pedagógica no contexto da EaD;
- Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Bibliografia Básica

ALONSO, K. M. *A educação a distância no Brasil: a busca de identidade*. In: PRETI, Oreste (Org). Educação a distância: inícios e indícios de um percurso. Cuiabá: NEAD/IE-UFMT, 1996.

Bibliografia Complementar

ALVES, J. R. M. *Educação a distância no Brasil: síntese histórica e perspectivas*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação, 1994.

ARMENGOL, M. C. *Universidad sin classes. Educación a distancia em América Latina*. Caracas: OEA-UMA-Kepelusz, 1987.

PIMENTEL, N. *Educação a Distância*. UFSC. 2006.

11.1.2.Estado, Governo e Mercado

Objetivo

Discutir as relações entre Estado, governo e mercado nas sociedades capitalistas contemporâneas. Parte-se de duas matrizes teóricas que explicam as relações entre Estado e sociedade no sistema capitalista – a liberal e a marxista – a disciplina analisa criticamente as diversas interpretações concorrentes e/ou sucessivas sobre as sempre tensas e dinâmicas relações entre Estado, governo e mercado.

Ementa - Tópicos principais

- Relações entre Estado, governo e mercado na sociedade contemporânea, segundo as principais concepções e teorias: marxistas e liberais;

- Desafios teóricos e políticos colocados aos analistas e atores políticos pelas mudanças produzidas sob o capitalismo contemporâneo.

Bibliografia Básica

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir (org.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

BOBBIO, N. *Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

GUIDDENS, A. *Para além de esquerda e direita*. Introdução. São Paulo: UNESP, 1996. [Bibliografia Complementar](#)

OFFE, C. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1984. POULANTZAS, N. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

11.1.3.O Público e o Privado na Gestão Pública

Objetivo

Delimitar com clareza para o aluno as diferenças entre a esfera privada, que é âmbito de atuação por excelência do administrador de empresas, e a esfera pública, na qual se situa a Administração pública e age o gestor público.

Ementa - Tópicos principais

- Dicotomia público-privado; a primazia do público sobre o privado; as fronteiras entre o público e o privado; as prerrogativas do Estado sobre os agentes privados; os direitos do cidadão e os deveres do estado; interesses privados e interesses coletivos; Instituição e organização; organizações públicas e organizações privadas;
- O servidor como agente da ação do Estado; os diferentes agentes públicos e as suas formas de investidura; as prerrogativas do estado e as garantias do servidor; regime estatutário e regime contratual; vínculo estatutário e vínculo empregatício; cargo público e emprego no setor privado; A ética profissional do servidor público;
- Os princípios norteadores do serviço público – legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência; poderes e deveres do administrador público; dever de agir, dever de eficiência, dever de probidade, dever de prestar contas; poder disciplinar, poder de polícia, poder discricionário;
- As diversas organizações do terceiro setor e suas especificidades;
- Globalização e neoliberalismo: desregulamentação, privatizações e abertura dos mercados de bens e de capitais; reorientação do papel do estado: da produção à regulação de bens e serviços; a defesa do interesse público na competição globalizada: Estado e agentes econômicos privados internacionais; Novos princípios de gestão pública: planejamento participativo; democratização do Estado; promoção da cidadania; a nova orientação estratégica de governo federal: inclusão social e redução das desigualdades; crescimento econômico com geração de emprego e renda; promoção da cidadania e fortalecimento da democracia.

Bibliografia Básica

CARVALHO, I. M. O princípio da supremacia do interesse público sobre o privado: parâmetros para uma reconstrução. *Revista Diálogo Jurídico*, nº 16, Salvador, 2007. Disponível em http://www.direitopublico.com.br/pdf/PrincipiodaSupremacia_ULTIMAVERSÃO.pdf. Acesso em julho de 2009.

PÓ, Marcos V.; ABRUCIO, Fernando L. Desenho e funcionamento dos mecanismos de controle e accountability das agências reguladoras brasileiras semelhanças e diferenças. *RAP*, v. 4, n. 40, Jul/Ago, 2006.

PAES DE PAULA, Ana. Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social.

RAE, FGV, v. 45, n. 1, Jan/Mar 2005.

Bibliografia Complementar

BRESSER PEREIRA, L. C. Da administração pública burocrática à gerencial, *Revista do Serviço Público*. Brasília: ENAP. v. 120, n. 1, Jan/Abr, 1996.

DINIZ, P. *Responsabilidade social empresarial e sociedade política: elementos para um debate acerca da questão social no neoliberalismo* [Monografia]. Uberlândia, 2007.

11.1.4.Desenvolvimento e Mudanças no Estado brasileiro

Objetivo

Compreender como o Estado e a sociedade foram se modificando e desenvolvendo no Brasil, a partir da Primeira República, até chegar à conformação em que se encontram atualmente.

Ementa - Tópicos principais

- Desenvolvimento econômico, mudança social e centralização e descentralização político-administrativas no Brasil: Da República oligárquica à República democrática do Século XXI;
- Federalismo e governo de elites na primeira República;
- Centralização, autoritarismo e políticas sociais no período Vargas (1930-1945);
- Democracia e desenvolvimento sob a Segunda República (1946-1964);
- Autoritarismo e redemocratização.

Bibliografia Básica

BRESSER-PEREIRA L. C. Do estado patrimonial ao gerencial. In: PINHEIRO, WILHEIM e SACHS (Org.). *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

LESSA, Carlos. *Quinze anos de política econômica*. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1983. Bibliografia Complementar

FLEURY, M. T. L., FISCHER, R. M. *Cultura e poder nas organizações*. São Paulo: Atlas, 1997.

LIMA JUNIOR, O. B. *Os partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional, 1945-1964*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

QUEIRÓS, M. I. P. O Coronelismo numa interpretação sociológica. Tomo III - O Brasil Republicano, Livro 1, Cap. 3. In: *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1975.

11.1.5.Políticas Públicas

Objetivo

Capacitar o aluno a perceber as duas faces da Política Pública: a de planejamento aparentemente racional e neutro realizado pelo Estado (*policy*) e a de resultante de ações dos atores políticos visando à defesa dos seus interesses e valores (*politics*). Para tanto, se apóia no estudo do ciclo da política ou do processo de elaboração da política pública, entendido como o conjunto dos momentos de formulação, implementação e avaliação, através de utilização de conceitos como conflito aberto, encoberto e latente, não-tomada de decisão, modelo cognitivo, política simbólica.

Ementa - Tópicos principais

- Gênese e desenvolvimento das políticas públicas;
- Diferenças em termos de objeto, metodologia, viés ideológico;
- Análise de políticas públicas e seus problemas;
- Mudanças na legislação e nas instituições de políticas sociais no Brasil;
- Políticas Públicas: conceitos e evolução no Brasil;
- Novas responsabilidades e novas posturas que os governos municipais vêm assumindo quanto às políticas públicas;

- Experiências inovadoras que criam esferas públicas de negociação e de participação popular;
- Articulação e implementação nas dimensões locais e globais e os alcances e limites dos governos municipais;
- Controle e avaliação das Políticas Públicas.

Bibliografia Básica

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes á prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, v.17, n.15, Nov, 2000.

MENY, Ives e THOENIG, Jean-Claude. *Las políticas públicas*. Madrid: Ariel, 1992.

DYE, T. R. *Understanding public policy*. 11 ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall, 2005.

ROTH, A. N. *Políticas públicas: formulación, implementación y evaluación*. Bogotá: Ediciones Aurora, 2006.

11.1.6.Planejamento Estratégico Governamental

Objetivo

Mostrar que a estratégia é a união entre os fins e os meios, que se concretiza com um plano de atuação que estabelece como serão utilizados os recursos finitos disponíveis para alcançar os objetivos propostos. Portanto, a discussão da temática permitirá entender possibilidades que o governo tem de estabelecer estratégias de intervenção no modelo de administração pública e negociação com o Legislativo.

Ementa - Tópicos principais

- Introdução ao Planejamento Estratégico;
- Aspectos gerais e históricos;
- O desenvolvimento planejado;
- Evolução do planejamento no Brasil;
- Planejamento estratégico e política de gestão pública;
- Alinhamento estratégico dos órgãos, entidades e servidores às metas do governo;
- Abordagem crítica do modelo brasileiro de Planejamento Governamental;
- Plano Plurianual.

Bibliografia Básica

CRISTO, C. M. P. N.. Prospectiva estratégica: instrumento para a construção do futuro e para a elaboração de políticas públicas. *Revista do Serviço Público*, Ano 54, n.1, Jan/Mar, 2003.

FISCHMANN, A. A. A.; MARTINHO, I. R.. *Planejamento estratégico na prática*. São Paulo: Atlas, 1995.

OLIVEIRA, D. P. R. *Planejamento estratégico: conceitos, metodologia, práticas*. São Paulo: Atlas, 1988.

Bibliografia Complementar

CÔRREA, I. Planejamento estratégico e gestão pública por resultados no processo de reforma administrativa do estado de Minas Gerais. *Revista de Administração Pública*: Rio de Janeiro, v.41, n.3, maio/jun 2007.

MATUS, Carlos. *Política planejamento e governo*. Brasília: IPEA, 1996.

OLIVEIRA, José A. P. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. In: *RAP*: Rio de Janeiro, v.1, n. 40, Mar/Abr, 2006.

11.1.7.O Estado e os Problemas Contemporâneos

Objetivo

A partir da análise do contexto brasileiro atual, colocar em destaque problemas de natureza política, social e econômica cujo equacionamento não poderá ocorrer sem uma ativa participação do Estado; seja por

intermédio de políticas públicas neles focalizadas, seja através da geração de um ambiente que permita um processo de negociação mais adequado entre os atores com eles envolvidos.

Ementa - Tópicos principais

Temas com abrangência nacional, regional ou local definidos na data de realização da disciplina. *Uma questão a tratar é o processo que parece estar ocorrendo de crescente apropriação do público pelo privado. Será importante esclarecer as características desse processo e evidenciar os procedimentos envolvidos, a partir da consideração desse tipo de problemas.*

Bibliografia Básica (complementada de acordo com o tema definido pela Coordenação do Curso).

KLIKSBERG, B. *Falácias e mitos do desenvolvimento social*. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2001.

ITUASSU A.; ALMEIDA, R. (org.) *O Brasil tem jeito? v.2*, Educação, saúde, justiça e segurança. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

Bibliografia Complementar (também deverá ser complementada posteriormente).

INSTITUTO DNA BRASIL. *50 brasileiros param para pensar a vocação do país*. São Paulo: Instituto DNA Brasil, 2005.

11.1.8. Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública

Objetivo

Proporcionar ao aluno conhecimento acerca da disponibilidade, abrangência e potencialidade das pesquisas, fontes de dados, publicações e relatórios existentes no Sistema Estatístico Brasileiro, bem como da definição dos principais indicadores para elaboração de diagnósticos da realidade social; econômica e ambiental em diferentes escalas – ao nível inframunicipal, municipal, estadual e nacional para subsidiar a formulação de programas públicos em diferentes áreas de atuação governamental.

Ementa - Tópicos principais

- Conceitos básicos sobre Indicadores Sociais:
 - Uma breve introdução histórica;
 - Indicadores Sociais: do conceito às medidas;
 - Indicadores e os diagnósticos socioeconômicos;
- Principais pesquisas e fontes de dados e de indicadores sociais;
- Censos Demográficos;
- Pesquisas Amostrais e Institucionais do IBGE;
- Registros Administrativos, Cadastros Públicos e Dados de Programas;
- Introdução às fontes de dados e indicadores econômicos:
 - Dados e Indicadores Econômicos;
 - Principais boletins de conjuntura;
 - Principais pesquisas econômicas do IBGE.

Bibliografia Básica

JANNUZZI, P. M. *Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações*. Campinas: Alínea, 2001.

GUIMARÃES, J. R. S. e JANNUZZI, P. M. IDH, Indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas: uma análise crítica. *Revista Brasileira. Est. Urbanos e Regionais*: Salvador, v. 7, n. 1, 2005.

Bibliografia Complementar:

JANNUZZI, P. M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. *Revista do Serviço Público*: Brasília, v. 56, n. 2, abr/jun 2005.

JANNUZZI, P. M.; CAVATI SOBRINHO, H. Informação econômica no Sistema Estatístico Brasileiro.

Bahia Análise & Dados: Salvador, v.15, 2005.

11.1.9. Metodologia Científica

Objetivo

Prover o instrumental metodológico para o desenvolvimento dos trabalhos científicos que o aluno deverá realizar ao longo do curso, como as pesquisas desenvolvidas nas disciplinas e no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Tópicos principais

- Função da pesquisa na formação do Administrador Público;
- Ciência, metodologia e pesquisa em administração;
- Pesquisador;
- Tipos de pesquisa;
- O processo de pesquisa: planejamento, etapas, execução e comunicação dos resultados;
- Instrumentos e técnicas de coleta e análise de dados;
- Estrutura e organização de trabalhos científicos (artigo científico e Trabalho de Conclusão de Curso – TCC).

Bibliografia Básica

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Metodologia científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007. RICHARDSON, R. J. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007.

Bibliografia Complementar

CERVO, A. L.; BERVIAN, A. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

DEMO, P. *Metodologia para quem quer aprender*. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

11.1.10. Monografia

Objetivo

Proporcionar ao aluno oportunidade para sistematizar conhecimentos adquiridos no decorrer do curso, mediante orientação do professor e cuja exigência é um requisito essencial e obrigatório para integralização curricular. A comparação crítica entre os conhecimentos e habilidades aprendidas no curso e as práticas administrativas existentes garante a abordagem científica de temas relacionados à prática profissional, inserida na dinâmica da realidade local, regional, nacional e internacional, possibilitando aos alunos o interesse pela pesquisa científica e dando-lhes condições para publicação de artigos e outros trabalhos científicos.

Tópicos principais

- Discussão com o Professor Orientador sobre a área escolhida, o tema e problema a ser investigado;
- Revisão da bibliografia a ser utilizada e leitura complementar de temas de interesse do aluno;
- Vivência direta da realidade organizacional e comunitária na elaboração e execução de pesquisa ou discussão teórica;
- Redação de trabalho que contemple aspectos teóricos e metodológicos, que implica em rigor metodológico e científico, organização e que contribuição para a ciência administrativa, aprofundando o tema abordado.

Bibliografia Básica

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2002.

VERGARA, Sylvia Constant. *Métodos de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas, 1997.

Bibliografia Complementar

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

11.2.ANEXO II - Módulo Específico (Área de Concentração: Gestão Pública em Saúde) - Ementas

O módulo específico de Gestão Pública em Saúde é composto por três disciplinas de 30 horas e duas de 60 horas, perfazendo um total de 210 horas:

Ord.	Disciplina	C.H.
01	Políticas de Saúde: fundamentos e diretrizes do SUS	30
02	Gestão da Vigilância à Saúde	30
03	Organização e Funcionamento do SUS	60
04	Gestão dos Sistemas e Serviços de Saúde	60
05	Gestão Logística em Saúde	30
	TOTAL DE HORAS DO MÓDULO	210

11.2.1. Políticas de Saúde: fundamentos e diretrizes do SUS

Objetivo

A disciplina visa proporcionar o desenvolvimento das capacidades necessárias para conhecer o contexto socioeconômico, cultural e político que conformam o campo da gestão em saúde no Brasil; atuar na construção de políticas sociais de caráter intersetorial, na perspectiva da promoção da saúde e estimular o fortalecimento do controle social em todas as instâncias de gestão dos sistemas de atenção à saúde.

Ementa – Tópicos

- Políticas Públicas Sociais no Brasil e o papel da saúde;
- Sistema único de Saúde: bases legais;
- Federalismo, descentralização e relações intergovernamentais;
- Financiamento do SUS;
- Controle Social;
- Intersetorialidade;
- Perfil demográfico e epidemiológico brasileiro/tendências;
- Avanços e desafios do SUS.

Bibliografia Básica

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS). *Sistema Único de Saúde*. Brasília: CONASS, 2007. Disponível em <http://www.conass.org.br>.

PAIM, J. S. *Saúde, política e reforma sanitária*. CEPS Centro de Estudos e Projetos em Saúde. Salvador: Instituto de Saúde Coletiva-ISC. 2002.

ROUQUAYROL, MZ e ALMEIDA FILHO, N. *Epidemiologia e Saúde*. Porto Alegre: MEDSI. 2006. 6 ed. Bibliografia Complementar

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários (CONASS). *O Financiamento da Saúde*. Brasília: CONASS, 2007. Disponível em <http://www.conass.org.br>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. *Mais Saúde: direito de todos: 2008 – 2011*.

Brasília: Ministério da Saúde, 2008. 106p. (Série C. Projetos, Programas e Relatórios)

CAMPOS, G. W. S. Reflexões sobre o Sistema Único de Saúde: inovações e limites. *Revista do Serviço Público* (Brasília), v. esp., p. 123-132, 2007.

11.2.2. Gestão da Vigilância à Saúde

Objetivo

Esta disciplina tem em vista proporcionar o desenvolvimento das capacidades necessárias para saber avaliar as necessidades de saúde da população do território sanitário, utilizando-se dos sistemas de informações.

Ementa – Tópicos

- Conceitos, definições básicas e medidas em epidemiologia, tipos de estudos e metodologia de investigação;
- Conceitos básicos envolvidos na produção e utilização de informações
- Sistema de Informação;
- Base de dados Nacionais;
- Análise de dados: demanda, oferta e atendimento;
- Identificação e análise de risco;
- Perfil demográfico e epidemiológico brasileiro/tendências;
- Vigilância à saúde, promoção da saúde, prevenção dos fatores de risco;
- Condições de saúde: necessidades e expectativas da população (análise de situação de saúde com participação da população);
- Pacto pela Saúde Pacto de gestão fundamentos e seus instrumentos (Planejamento Regional, PDI, PDR, PPI, CGR).

Bibliografia Básica

BEAGLEHOLE, R., et al. *Epidemiologia básica*. Ed. Santos, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas. *Diretrizes para a programação pactuada e integrada da assistência à saúde*. Brasília : Ministério da Saúde, 2006. 148 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde, vol 5)

REDE Interagencial de Informação para a Saúde. *Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações / Rede Interagencial de Informação para a Saúde - Ripsa*. – 2. ed. – Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2008. 349 p.

Bibliografia Complementar

BREILH J, GANDRA E. Investigação da Saúde na Sociedade. *Guia Pedagógico sobre um novo enfoque do método epidemiológico*. Trad. Carvalheiro, J R. São Paulo: Instituto de Saúde/ABRASCO, 1986.

MEDRONHO, R.A. *Epidemiologia*. São Paulo. Editora Atheneu, 2006.

11.2.3. Organização e Funcionamento do SUS

Objetivo

O objetivo é proporcionar o desenvolvimento das capacidades necessárias a desenhar e organizar redes de ações e serviços de saúde capazes de responder às necessidades sanitárias que se apresentam em diferentes escalas geográficas, utilizando-se de alguns dos instrumentos de gestão do SUS (planos, estratégias de

pactuação, mecanismos de regulação de fluxos e sistemas de informação); compreender os princípios, regras de funcionamento e estratégias para articulação da gestão de sistemas e serviços de saúde.

Ementa – Tópicos

- O processo de planejamento e programação em saúde;
- Instrumento de planejamento no SUS;
- Recursos – levantamento de informações e análise de estrutura, processos e resultados; Articulação entre os pontos de atenção; A gestão de recursos; Recursos financeiros; Mecanismos de gestão compartilhada;
- Análise da capacidade institucional (capacidade instalada dos serviços; recursos humanos; suporte logístico; compromissos pactuados/estabelecidos, conselhos e colegiados).
- Redes de Atenção: Atenção Primária em Saúde; Atenção especializada; Política de Urgência e Emergência; Serviços de diagnóstico e terapia.

Bibliografia Básica

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Política nacional de atenção básica*. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 60 p. Série A. Normas e Manuais Técnicos, v. 4.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Política nacional de promoção da saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 60 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde, v. 7).

MORAES, I. H. S. *Política, tecnologia e informação em saúde – a utopia da emancipação*. Salvador: ISC/UFBA. 2002.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas. *Diretrizes para a programação pactuada e integrada da assistência à saúde*. Brasília : Ministério da Saúde, 2006. 148 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde, v. 5).

CAMPOS, FE; CHERCHIGLIA, ML; GIRARDI, SN. *Gestão, profissões de saúde e controle social*.

Cadernos da 11ª Conferência Nacional de Saúde, Brasília-DF, p. 83-99, 2000.

11.2.4. Gestão dos Sistemas e Serviços de Saúde

Objetivo

O objetivo é proporcionar o desenvolvimento das capacidades necessárias para identificar as ferramentas do planejamento e a programação regional e local adequadas às características do território e da situação na qual deverão ser aplicadas; distinguir, do ponto de vista do planejamento, os diferentes papéis que o gestor deverá desempenhar em função de sua inserção no sistema ou rede de saúde; reconhecer e avaliar as condições em que desenvolverá sua prática; utilizar dados e informações disponíveis para diagnosticar, planejar, priorizar e avaliar o andamento dos processos operacionais que sejam programados; fortalecer o controle social.

Ementa – Tópicos

- Relações inter-federativas, o papel de entes federados e suas as responsabilidade sanitárias à luz do Pacto pela Saúde.
- Consórcios públicos de saúde;
- Gestão do trabalho e educação na saúde;
- Financiamento e respectivos mecanismos de repasse do SUS;
- Fundamentos e diretrizes da Regulação da atenção e Regulação do acesso;
- Auditoria dos serviços e de gestão;
- Desenvolvimento de atitudes gerenciais voltadas para a liderança, a negociação, a resolução de conflitos, a comunicação, e outros.

- Reorganização da dinâmica de gestão do trabalho em equipe: adoção de espaços coletivos de singularização (inclusão das diferenças), construção de grupidades e contratação de tarefas com co-responsabilização.

Bibliografia Básica

BRASIL. Conselho Nacional de Secretarias de Saúde. *Para entender a gestão do SUS*. Brasília: CONASS, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Diretrizes para a implantação de Complexos Reguladores*. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 68p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos, v. 6).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Departamento de Apoio a Descentralização. Coordenação Geral de apoio à Gestão Descentralizada. *Diretrizes Operacionais dos Pactos pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão*. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 76 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos, vol. 1).

Bibliografia Complementar

PIERANTONI, C. *As reformas do Estado, da Saúde e Recursos Humanos: limites e possibilidades*.

Ciência e Saúde Coletiva, ABRASCO XI (2), 2001, p.341-361.

PIERANTONI, C. Recursos Humanos e Gerência no SUS. In: NEGRI, Barjas; VIANA, Ana Luiza (Orgs.). *O Sistema Único de Saúde em dez anos de desafio*. São Paulo: Sobravime, p. 609-630, 2002.

11.2.5. Gestão Logística em Saúde

Objetivos

Preparar os discentes para a linguagem corrente, em termos de operação logística hospitalar, e familiarizá-los com algumas técnicas e modelos que lhes permitam racionalizar as unidades de saúde, nomeadamente, no tocante aos back-offices referentes ao Sistema de Informação, Sistema de Transporte, Sistema de Aprovisionamento e Distribuição Hospitalar.

Ementa - Tópicos

- Cadeia de suprimentos – Conceitos;
- Logística x Cadeia de Suprimento;
- Modelos de Previsão de Demanda;
- Aquisição - Sistemática de Compras e Escolha de Fornecedores em unidades de saúde;
- Gestão da Cadeia de Suprimentos;
- Tipos de Redes de Suprimento;
- Níveis de Serviços;
- Armazenagem;
- Manuseio e Acondicionamento de Produtos;

Bibliografia Básica

BARBIERI, J. C.; MACHLINE, C. *Logística Hospitalar*. São Paulo: Saraiva, 2006.

INFANTE, M.; SANTOS, M. A. B. A organização do abastecimento do hospital público a partir da cadeia produtiva: uma abordagem logística para a área de saúde. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*, v.12, n.4, p.945-954. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, julho-agosto 2007.

MARTINS, P. G.; ALT, P. R. C. *Administração de materiais e recursos patrimoniais*. São Paulo: Saraiva, 2001.

Bibliografia Complementar

BALLOU, R. H. *Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos: Planejamento, Organização e Logística Empresarial*. 4ª edição. Porto Alegre: Bookman, 2001;

PEREIRA, M. *Logística Hospitalar: Reposição contínua de medicamentos na farmácia*. Editora Moinho Editorial, 2008.



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Sérgio Torres Penedo, Coordenador(a)**, em 04/05/2022, às 12:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3564640** e o código CRC **0B25F233**.

Referência: Processo nº 23117.030150/2022-50

SEI nº 3564640

Criado por [penedo](#), versão 7 por [penedo](#) em 03/05/2022 13:25:21.